

1.1/1.1/1.1
1.1/1.1/1.1
1.1/1.1/1.1

1.1/1.1/1.1

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data <u>1/1/1</u>
Cod. <u>H1D00054</u>

A unidade biológica da espécie humana contrasta com a sua grande diversidade cultural. Esta grande diversidade constitui, mais do que um problema, uma grande riqueza para toda a humanidade. Temos certeza que o mundo seria muito mais pobre se todos os povos do mundo agissem da mesma forma, pensassem da mesma maneira e acreditassem nas mesmas coisas. Por isto, a antropologia brasileira considera que a grande variedade de culturas existentes em nosso país deve ser considerada como um motivo de orgulho. No entanto, para muitas pessoas isto constitui uma vergonha. No início da década de 70, uma professora de Brasília reprimiu um aluno que lhe perguntou a respeito dos índios, dizendo que o Brasil já estava livre dessa vergonha. Em 1934, o Embaixador do Brasil na França procurou desestimular a vinda ao Brasil de Claude Levi-Strauss, afirmando não mais existirem índios no Brasil.

Na última década do século XX, no entanto, ainda existem no Brasil cerca de 220 sociedades indígenas - não incluindo nesta cifra algumas dezenas de sociedades totalmente isoladas, sobre as quais nada sabemos. Estas sociedades são portadoras de culturas diferentes e pertencem a diversas famílias lingüísticas. Cada uma delas, portanto, tem os seus costumes próprios, formas diferentes de organização social, e um repertório exclusivo de valores e crenças. E sobretudo são detentoras de um conhecimento que foi adquirido no decorrer de milhares de anos. Por isto mesmo, o próprio Levi-Strauss que veio para o Brasil, à revelia do nosso representante diplomático,

afirmou que "cada vez que uma destas pequenas sociedades desaparecem, é uma porta que se fecha para o conhecimento".

Apesar disto, muitas pessoas, por preconceito ou ignorância, acreditam que essas populações não passam de um bando de selvagens, desprovidos de qualquer sistema de valores e com um modo de vida animalesco. Muito contribuiu para isto as idéias formuladas pelo evolucionismo vitoriano do século passado que acreditava na existência de uma linha de evolução cultural única, de forma a possibilitar uma classificação hierarquizada de todas as sociedades humanas. Desde Franz Boas, o pai da antropologia americana - cujo cinquentenário de sua morte é comemorado neste ano - os antropólogos admitem que existem uma diversidade de linhas evolutivas, de tal forma que se pode afirmar que cada povo escolheu o seu próprio caminho. As sociedades da floresta tropical optaram por um rígido controle demográfico, de tal forma a possibilitar o adequamento de suas tecnologias limitadas aos diferentes sistemas ecológicos de nosso país. O sucesso dessa adequação é comprovado pelas milhares de sociedades existentes no período pré-colombiano e pelo número das atuais que resistiram ao extermínio sistemático que foi praticado no decorrer destes últimos quatro séculos.

A antropologia tem lutado, no mundo todo, pelo respeito as diferenças culturais. É importante salientar que a maior parte dos Estados nacionais não apresentam unidades homogêneas e uniformes, como pretendiam os formuladores políticos do século XIX. É comum que em um mesmo território nacional,

existam diversas etnias. O sucesso da continuidade de muitos desses estados dependem da harmonização dos interesses étnicos. Os acontecimentos recentes do leste europeu nos mostram que as etnias não podem ser consideradas como uma variável sem importância. Alguns países tem buscado formas mais eficientes de equacionar esta diversidade, como por exemplo a China.

Acreditamos que um estado moderno tem que admitir um espaço adequado para a convivência de seus diferentes grupos étnicos. Este deve ser o objetivo de uma comissão parlamentar, responsável pela legislação indigenista que vai vigorar no século XXI.

Cada sociedade indígena é, de fato, um grupo étnico. Definimos como grupo étnico a uma população que partilha de uma mesma cultura e uma mesma experiência histórica, além da vinculação a um determinado território.

Por isto, a questão das terras indígenas é um tema sempre presente na discussão de uma política indigenista. Um território indígena não é apenas um lote de terra que pode ser, arbitrariamente, trocado por outro. Não pode ser considerado, apenas, em função de variáveis econômicas, e um espaço repleto de lugares considerados sagrados ou de grande significação histórica para o povo que ocupa. A cachoeira de Morená é tão importante para os povos do Xingu como Meca é para os árabes. Os xinguanos acreditam que foi naquele lugar que o mundo foi criado. Muitas vezes, no passado, os administradores da FUNAI trataram as terras indígenas de uma maneira leviana. Alguns grupos foram

removidos para territórios totalmente desconhecidos e desprovidos de qualquer significado simbólico.

É interessante notar que quando se discute a questão das terras indígenas, o discurso do chamado civilizado não passa de uma inversão da realidade. É comum ouvir a expressão: o governo está dando terras para os índios. Nada mais falso, o que o governo pode e deve fazer é impedir a expolição das terras indígenas, pois estas já eram suas propriedades antes mesmo da chegada da esquadra de Cabral. Muitos argumentam que a posse dessas terras pelos índios, impedem o desenvolvimento nacional, fazendo vista grossa para latifúndios improdutivos, muitas vezes maiores do que um território indígena. Esquecendo, também, que o território indígena é o habitat de todo um povo, enquanto o latifúndio é propriedade de um indivíduo apenas. Por outro lado, as terras ocupadas pelos índios representam muito pouco diante da grande extensão territorial do país, apesar das afirmações em contrário.

Os antropólogos no passado foram muitas vezes acusados de quererem manter os índios em redomas de vidro, para poder continuar com os seus estudos acadêmicos. A teoria antropológica nos ensina que a difusão cultural é responsável por todo o progresso da humanidade. O intercâmbio cultural é extremamente salutar. A história nos mostra que, mesmo entre as grandes sociedades, o isolamento tem como consequência o atraso. Portanto, não podemos considerar o contato entre índios e brancos como idealmente negativo. A nossa posição é contrária ao contato

descontrolado ou forçado, responsáveis pelo extermínio de muitas populações indígenas.

Nos quarenta milênios que viveram na América, antes da chegada dos brancos, os índios não desenvolveram anticorpos para uma série de doenças que chegaram ao Brasil, a partir da Europa ou da África. Isto faz que o primeiro contato seja extremamente perigoso. Mesmo quando sadio, o homem branco transporta vírus ou bactérias que são extremamente perigosos para os nossos indígenas. Em 1961, trabalhei com os índios Suruí, nas imediações de Marabá. Eles foram contatados, em 1960, por um frade dominicano. As genealogias que levantei permitiram a constatação de um fato extremamente dramático. A população Suruí era constituída por 126 pessoas, no momento do contato; uma semana depois, restavam apenas 40. A primeira gripe foi extremamente letal. O mais grave é que, na maioria dos casos, o primeiro contato entre uma população indígena e a sociedade nacional se faz através de segmentos marginalizados de nossa sociedade: garimpeiros, caçadores de peles, etc., todos eles portadores de muitas doenças.

No passado, a integração do índio na sociedade nacional era entendida de uma forma equivocada. O que se pretendia não era integrar, mas assimilar. O que se desejava era a transformação de índios em homens brancos, buscando a ampliação da força de trabalho de baixa remuneração. Transformar o índio em um homem branco é um passe de mágica que desafia a nossa imaginação. O que se deve buscar é a possibilidade de que os

membros de nossas sociedades indígenas possam participar de algumas atividades de nossa sociedade, sem ter que abrir mão de sua identidade étnica. É preciso abandonar a idéia de que eles somente podem ter acessos aos nossos bens e nossos conhecimentos, abrindo mão de sua cultura e de suas crenças. As religiões indígenas merecem o mesmo respeito que qualquer outra religião e não podem ser desrespeitadas por práticas missionárias retrógradas. A família indígena, não importa qual seja a sua modalidade - pois estas são muitas - devem ser consideradas tão sagradas como a nossa. É abominável a prática de separar as crianças indígenas de seus pais, a pretexto de educação, mas com o propósito etnicida de interromper a transmissão cultural.

Por outro lado, é preciso tomar cuidado para evitar o estabelecimento de uma política de apartheid, que fica implícita toda a vez que se fala em emancipação. É preferível continuar com a tradição jurídica brasileira que considera os índios como naturais deste país e, portanto, com direito - caso deseje - de obter a mesma documentação que qualquer outro brasileiro, servir as forças armadas, frequentar uma escola, deslocar pelo território nacional e, mesmo, como já aconteceu, ocupar uma cadeira nesta Casa. Não existe nenhuma incompatibilidade no exercício de duas identidades: é possível ser índio e ser brasileiro. Enfim deve-se dar aos índios o direito de escolher entre viver exclusivamente no seu mundo original e viver no nosso mundo, sem precisar de abrir mão de sua etnicidade. Isto já acontece no Brasil, com descendentes de imigrantes que, apesar de

se considerarem brasileiros, continuam vivendo de acordo com tradições culturais alienígenas. O que estou querendo dizer é que é possível ser judeu e brasileiro, por exemplo; e que é possível ser índio e brasileiro, sem a necessidade de optar por uma ou outra identidade.

Finalmente, repetindo o que dissemos no início, é importante que os membros de nossa sociedade saibam que os índios são diferentes, mas não são seres inferiores. Uma sociedade indígena, como toda sociedade humana, possui em funcionamento um sistema econômico, político, religioso e de parentesco. A existência destes sistemas indicam que os índios, como nós, foram forçados a buscar respostas para as mesmas questões. O cérebro humano foi capaz de imaginar uma infinidade de explicações para questões aparentemente tão simples. A diversidade cultural é o resultado destas buscas sem fim.

Os evolucionistas do século passado acreditavam que o homem primitivo possuía, inicialmente, um pensamento mágico. A partir daí evoluía para o pensamento religioso, para depois, finalmente, atingir a ciência. A antropologia moderna não aceita esta formulação. Todas as sociedades humanas foram capazes de desenvolver simultaneamente a magia, a religião e a ciência. Isto é verdade, também, para as nossas sociedades indígenas. Eles tiveram o tempo necessário para adquirir o conhecimento suficiente para viver nas florestas tropicais. Durante milênios viveram na floresta e da floresta, preocupados ao mesmo tempo com a preservação de seu habitat. Portanto, eles tem muito para nos

ensinar. Somente eles são capazes de nos converter de inveterados predadores em seres verdadeiramente racionais.

Esta Casa que foi capaz de produzir um magnífico capítulo sobre o índio na Constituição, tem agora um novo desafio pela frente. O estabelecimento de uma legislação que respeite os preceitos constitucionais, permitindo a continuidade de numerosas culturas, como um reconhecimento ao direito da diversidade étnica. Este será um passo decisivo para transformar o Brasil em um estado verdadeiramente moderno, habilitado a se transformar, de fato, naquilo que sempre sonhou ser: uma democracia racial.

ROQUE LARAIA

Pronúncia/O na Comissão Especial